

A política de abastecimento

por Jurema Baesse
de Brasília

A política de abastecimento do governo, montada para este ano, deve atender a três importantes frentes: o atendimento pleno do mercado interno; manutenção de preços controlados; e estímulo à produção interna de alimentos. Esta é a postura do Conselho Interministerial de Abastecimento (Cinab), que congrega os ministérios da Fazenda, da Agricultura, do Planejamento, da Indústria e do Comércio e dos Transportes. As informações são do secretário adjunto da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), Gerardo Fontenelle.

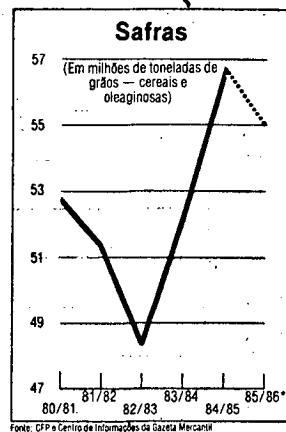
O estoque regulador a ser montado para arroz, feijão, milho, óleo de soja, leite em pó e carne, tanto com importações quanto com aquisições no mercado interno, está sendo criado para suprir um déficit de oferta. O objetivo estratégico do estoque é também não deprimir o preço no mercado interno nem desestimular a produção interna de alimentos. Havia oferta interna, o governo reduz a importação global.

As previsões de importação para estes seis itens, anunciada no dia 17 de março, na primeira reunião formal do Cinab, estão sendo revistas na medida em que o governo também começa a rever a quebra de safra provocada pela estiagem prolongada no Centro-Sul do País. Inicialmente, foram estabelecidas as seguintes importações: 500 mil toneladas de arroz, 1,2 milhão de toneladas de milho, 45 mil toneladas de leite em pó. Destes volumes, talvez seja necessária a importação de apenas mais 200 mil toneladas no caso do arroz, uma vez que o governo já dispõe de 300 mil toneladas de arroz beneficiado em estoque.

SÓ IMPORTAR O NECESSÁRIO

Os novos dados do IBGE com relação à produção de arroz indicam resultados mais favoráveis. A produção deverá alcançar 10,3 milhões de toneladas neste ano, 1 milhão de toneladas mais do que a safra do ano passado.

O milho, cujo estoque regulador deve alcançar 1,2 milhão de toneladas, das



quais 800 mil já foram adquiridas parcialmente da Argentina e com compras nacionais, também poderá superar a produção anteriormente esperada. A previsão de colheita estimada em março pela Companhia de Financiamento da Produção (CFP) era de 17,5 milhões de toneladas, enquanto os novos dados do IBGE indicam que este volume poderá atingir 18,6 milhões de toneladas.

De modo algum, garantiu o secretário executivo do Cinab, "o governo importará alimentos desnecessários". Em função desta cautela, o governo ainda não emitiu os editais de importação do arroz e do milho.

Com relação ao óleo de soja — cuja produção de grãos poderá atingir 13 milhões de toneladas, diante da previsão inicial de 12,2 milhões —, o governo formará todo o estoque de 120 mil toneladas com compras internas. Hoje, o estoque está em 53 mil toneladas e até o próximo mês deverá estar totalmente recomposto.

PARA OS DE BAIXA RENDA

A CFP disponha até a semana passada de 87 mil toneladas, mas deslocou 25 mil toneladas para a Cobal, para que os programas de assistência para a mais baixa renda pudessem ser supridos. Entre estes programas, a Cobal desenvolve o Programa de Alimentação Popular (PAP), que visa atender a varejistas pouco organizados da periferia e dos pequenos centros, que consiste na distribuição do óleo apenas com o custo de produção, deixando de fora o custo do serviço. O Programa de Assistência de Base

(Proab) distribui o óleo de soja abaixo do custo, sendo subsidiado diretamente pelo governo. Este programa atende às populações com condições mais precárias de vida.

Um técnico da SEAP que acompanha o setor acredita que a produção neste ano, apesar da quebra, que não foi muito elevada, irá garantir o abastecimento normal do mercado e ainda suprir regularmente os programas assistenciais. Um estoque estratégico de 100 mil toneladas de óleo de soja seria suficiente para abastecer o mercado durante vinte dias, caso todo o óleo do País desaparecesse.

O estoque regulador de feijão para este ano está previsto em 200 mil toneladas, a ser formado totalmente com compras no mercado interno. Apesar de a previsão para o feijão acusar uma perda da or-

dem de 1 milhão de toneladas, em relação à primeira safra, o Ministério da Fazenda acredita que a importação não será necessária. O feijão da segunda safra poderá atingir 1,5 milhões de toneladas.

HAVERÁ QUEDA

COM OS GRÃOS

Com relação à safra de inverno (trigo, aveia, centeio e cevada), que ainda não começou a ser plantada, mas cuja previsão inicial de um técnico do Ministério da Agricultura é de que fique entre 3,8 milhões e 4,6 milhões de toneladas, o governo deverá importar cerca de 750 mil toneladas de trigo, apenas a partir de agosto ou setembro. Deixando de fora esta estimativa dos cereais de inverno, que é ainda muito preliminar, o IBGE informou que, no conjunto de grãos, a safra de 1986 deverá apresentar uma queda de 14,8%, o que significa que

diantre de uma safra de 55,4 milhões de toneladas colhidas em 1985, a atual safra deverá registrar 47,2 milhões de toneladas, levando-se em conta algodão, amendoim, arroz, feijão, mamona, milho, soja e sorgo.

Com relação às novas regras para o crédito rural, que deverão ser definidas até o início do próximo mês, a tendência é de que o governo extinga a faixa de 3% de juros para a região Centro-Sul, que vigorou até a safra passada, e estabeleça três novas faixas; que variem de 6 a 10% para os grandes produtores. E no que se refere aos preços mínimos aprovados no início de fevereiro, informou uma fonte do Ministério da Agricultura ser possível que alguns sofram redução no momento de serem convertidos pela média para cruzados e alguns sejam mantidos.